

“E nunca mais falou palavra”: a terceira margem de si como autogoverno

*“And he never spoke again”:
the third margin of the self as
self-government*

Iago MOURA MELO (UESC)
iagomouram@gmail.com

Ricardo AFONSO-ROCHA (UESC)
rickwhoop22@gmail.com

Recebido em: 30 de jan. de 2019.
Aceito em: 17 de abr. de 2019.

MOURA MELO, Iago; AFONSO-ROCHA, Ricardo. “E nunca mais falou palavra”: a terceira margem de si como autogoverno. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 51-60, maio-ago/2019.

Resumo: Neste texto, tematizamos o silêncio-de-si como forma de autogoverno. Nosso objetivo é compreender como, no conto “A terceira margem do rio”, de Guimarães Rosa, ocorrem vestígios de resistência à injunção fascista a dizer, na forma como a personagem “pai” se constrói. Observaremos, ainda, como que, pelo silêncio fundante, o pai permanece em silêncio-de-si e como esse silêncio é significado no conto, a partir dos gestos de interpretação das outras personagens. Para isso, tratamos do silêncio enquanto materialidade significativa específica, lugar em que sujeito e sentido se movem largamente, a partir das lentes da Análise Materialista de Discurso. Recorremos a autores como Pêcheux, Orlandi, Foucault e Dinouart para a constituição de nossos gestos de interpretação. É o silêncio fundante, pensamos, que admite a permanência no não dizer como forma de objetar a Identidade, o *se* (impessoal); razão pelo que ele pode expressar autogoverno. Tomamos partido da reflexão foucaultiana sobre o governo de si e dos outros, pela via do silêncio-de-si.

Palavras-chave: Silêncio fundante. Silêncio de si. Autogoverno.

Abstract: In this text, we discuss silence-of-the-self as a form of self-government. Our goal is to understand how in the short story “The third bank of the river”, by Guimarães Rosa, there are vestiges of resistance to the fascist injunction to say, in the way the character “father” is built. We will also observe how, through the founding silence, the father remains in the silence-of-the-self and how that silence is signified in the story, from the gestures of interpretation of the other characters. For this, we deal with silence as a specific materiality, where subject and meaning move widely, from the lens of Materialistic Discourse Analysis. We use authors such as Pêcheux, Orlandi, Foucault and Dinouart for the constitution of our gestures of interpretation. We believe the founding silence admits the permanence in not saying as a way of objecting the Identity, the (impersonal) *self*; which is why it can express self-government. We take advantage of the Foucauldian reflection on the government of self and others, through the silence-of-the-self.

Keywords: Founding silence. Silence of self. Self-government.

O perigo da palavra e o engenho do calar

A linguagem é fascista, pois nos obriga a dizer (BARTHES, 1978). Vivenciamos tempos de muito falar, de categorização exacerbada das regiões do *Ser*. Alarido, barulho, babelização. Sintomas que indicam a condição de exaurimento do eu a que a linguagem nos obriga; linguagem que é saturação de sentido (ORLANDI, 1997[1992]).

A trama da palavra é a história dos nossos modos de sujeição, pelos quais nos tornamos sujeitos (efeitos). Pelo dizer, somos assujeitados à linguagem, realiza-se o rito ideológico a que Althusser (1980[1971]) denominou interpelação. Na linguagem sofremos injunção à Identidade ($a=A$) e à Igualdade ($a=b$), formas do imaginário que licenciam o paradoxo de nossa “livre submissão”, governam o nosso *si* e nos outorgam impessoalidade (o *se*).

Pelo teatro da identificação, ansiamos o decalque do Sujeito, a promessa oceânica de sermos o *Um* e contornar a falta, a incompletude, a fissura do eu. A linguagem é imagem dessa promessa. A possibilidade virtual de tudo dizer, de complemento ontológico, de criatividade, de arte, de um sujeito pleno. Estamos já e desde sempre doentes da epidemia de falar e de escrever, como alude Dinouart (2001[1771]), e há, no dizer, o perigo de despossuir-se, de alienar o nosso *si*, isto é, o real de nossas condições de existência.

De outro lado, o silêncio nos apresenta um lugar no sentido que nem sempre decorre de seu funcionamento “exterior totalitário”. No silêncio fundante, sujeito e sentido se movem largamente (ORLANDI, 1997[1992]). Nessa direção, o silêncio pode ser lido como a garantia de movimento dos sentidos, a possibilidade de o sujeito trabalhar a sua

contradição constitutiva (a identidade), que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”. Aqui, a figura que se destaca é a do interlocutor em silêncio; ao passo que no âmbito das práticas discursivas totalitárias, o efeito é o de um interlocutor silenciado.

É ele, o silêncio fundante, pensamos, que garante o silêncio-de-si, como forma artificiosa de não dizer, pelo corte do interdito que já lhe é ulterior. Pelo silêncio-de-si resiste-se à injunção identitária e ao domínio do Outro. Objeta-se a essência, a substância, o literal, a metafísica, o evidente.

O real do discurso não é o interdito, mas o silêncio fundante (LISBOA, 2016). A interdição é constitutiva e afeta a identidade. O silêncio fundador, de outra parte, nada constitui. Ele é. O interdito, assim, aloja-se num real que já é, como um de seus subprodutos. O inter-dito está dito no meio, razão pelo que não se confunde com o não dito. Ele é o silenciado, isto é, o “rejeitado” de que nos falam Pêcheux e Fuchs (1993[1975], p. 176).

Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito”. A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo do discurso”), e o que é rejeitado.

O silêncio fundante é o avesso do Verbo. Ele não é estrutura, mas é estruturante pelo “fora”. Esse modo de o silêncio significar é que permite que o ritual identitário seja embaralhado pela insistência do *si*. As formas totalitárias de silêncio, de outra parte, promovem o silêncio do *si* pelo *se*, ou mesmo a aniquilação do *se* e uma tentativa de extirpar, pelo limite da interpelação, o *si* enquanto real da existência do indivíduo, pelo limite da interpelação.

É por que há silêncio fundante que podem, então, haver modos de calar que correspondem ao silêncio-de-si, como recusa à Identidade, pelo que se imprimem pontos de resistência no *iter* ideológico.

Ele, o silêncio fundante, é o espaço de recuo diferencial, que garante e admite o diferimento da palavra e o adiamento da essência, da subjetivação, da interpelação, isto é, o silêncio-de-si como autogoverno provisório, em nossa tomada de posição.

É pelo silêncio fundante que são possíveis efeitos políticos, corrosivos e subversivos do calar (BECK, 2010, 2013, 2016), enquanto gestos de afasia (não falar) e apraxia (não fazer), como atitudes negativas ao poder, de caráter antepredicativo.

Perguntamos: seria esse o espaço possível do governo de si, de que nos fala Foucault (2010[1983])? Essa é a questão que nos inquieta neste trabalho. Nosso objetivo é compreender como que, no conto *A terceira margem do rio*, de Guimarães Rosa, ocorrem vestígios de resistência à injunção fascista a dizer.

Para isso, tratamos do silêncio enquanto materialidade significativa específica, lugar em que sujeito e sentido se movem largamente. É o silêncio fundante, pensamos, que admite a suspensão do dizer como forma de objetar a identidade, o *se* (impessoal) e isso pode abrir o sujeito ao governo de *si*.

O homem nunca é tão dono de si mesmo quanto no silêncio: fora dele, parece derramar-se, por assim dizer, para fora de si e dissipar-se pelo discurso; de modo que ele pertence menos a si mesmo do que aos outros. (DINOUART, 2001[1771], p. 12-13).

O lugar da terceira margem, em Guimarães Rosa, é lugar do impossível do discurso, isto é, do silêncio. A significância do não dizer do pai que segue com a canoa de uma margem a outra está “posta” e não é resto insignificante, mas real que faz vestígio no modo como o conto se semantiza; o não-dizer embaralha o ritual e descontinua o *iter* ideológico pela apraxia/afasia, isto é, pelo silêncio-de-si.

Nossa tomada de posição sobre sujeito, sentido, silêncio, discurso e ideologia, neste trabalho, recorre aos pressupostos da Análise Materialista de Discurso, proposta por Michel Pêcheux, na França, e retomada e alargada por Eni Orlandi, no Brasil, em cotejo com outros levantamentos.

Compreendemos, assim, o sujeito como efeito da interpelação ideológica engendrada na língua, afetado pelo inconsciente, clivado, não-Um, posição no discurso; o sentido como efeito de evidência resultante da identificação com uma formação discursiva *n*; o silêncio como materialidade significativa distinta do discurso, em que sentidos e sujeitos centrifugam; o discurso como produto da dinâmica material de interlocução, em dadas condições de produção socio-históricas; e a ideologia como mecanismo que funciona na remissão da língua à história, constituindo evidências subjetivas.

Duro silêncio, nosso pai

O conto “A terceira margem do rio”, objeto de análise nesta seção, é parte da coletânea *Primeiras estórias*, de Guimarães Rosa, lançada em 1962 e composta por 21 contos, cuja maior parte se passa em lugares não identificados, embora quase todos se deem no interior do Brasil, como parece ser o caso do conto sob análise.

O enredo do conto se refere a um personagem que abandona sua antiga vida e decide viver sozinho, no meio do rio. Todos os personagens (pai, mãe, irmão e irmã) são inominados e pouco detalhados. A estória é narrada pelo filho, que pondera sobre as escolhas do pai durante toda a trama, mas não consegue compreendê-las.

O pai decide construir uma canoa e passa a viver nela, no meio do rio, tornando-se alheio aos acontecimentos a sua volta, sem afeto. Ele abre mão da linguagem verbal e decide permanecer em silêncio, conforme narrado por seu filho, que o apresenta, inicialmente, como uma figura normal e quieta, até que se torna uma figura verbalmente inexpressiva e mesmo obscura.

Apresentaremos, a seguir, alguns recortes extraídos do conto, objetivando mostrar como o pai se (des)constitui como tal no domínio do silêncio, pela recusa à Identidade, abrindo-se ao autogoverno. Observaremos, ainda, como que, pela via do fundante, o pai se move no silêncio-de-si e como que esse silêncio é significado no conto, a partir dos gestos de interpretação das outras personagens.

Inicialmente, o pai era tido como “[...] um homem cumpridor, ordeiro, positivo [...], condição que era testemunhada [...] por diversas sensatas pessoas [...]” (ROSA, 2001[1962], p. 66). Nesse sentido, o narrador o “reconhece” enquanto “bom sujeito”: um sujeito afim com o Sujeito universal, realizado em sua intercambialidade, predicável de direitos e cobrado em suas responsabilidades.

O pai é, assim, um homem mediano, como toda a gente, realizado no (se), impessoal, embora se ressalve a sua quietude: “Do que eu mesmo me alembro, ele não figurava mais estúrdio nem mais triste do que os outros, conhecidos nossos. Só quieto” (ROSA, 2001[1962], p. 66). Até que se dá um acontecimento: ele manda fazer para si uma canoa.

A canoa pode aqui ser compreendida, em sua opacidade semântica, como imagem metafórica da provisoriedade identitária do sujeito. Ela representa a diáspora, a desterritorialização, o diferimento da estabilidade do eu e a (in)diferença no simbólico.

Encomendou a canoa especial, de pau de vinhático, pequena, mal com a tabuinha da popa, como para caber justo o remador. Mas teve de ser toda fabricada, escolhida forte e arqueada em rijo, própria para dever durar na água por uns vinte ou trinta anos. (ROSA, 2001[1962], p. 66).

A durabilidade do objeto material canoa se realiza na remissão diaspórica à metáfora: o eu não projeta reterritorializar-se, seja numa materialidade física, seja numa materialidade simbólica: “[...] não pisou mais em chão nem capim” (ROSA, 2001[1962], p. 68). O *eu* adquire, assim, o mesmo agenciamento e consistência do rio “[...] por aí se estendendo grande, fundo, calado que sempre. Largo de não se poder ver a outra beira” (ROSA, 2001[1962], p. 66).

O dizer está em recuo diferencial e o teatro da identidade se esfacela à medida em que o *si* decide o adeus ao sujeito capsular: “Nem falou outras palavras”, “não fez alguma recomendação”, “suspendeu a resposta”, “Espiou manso para mim”, “só retornou o olhar em mim”, “me botou a bênção, com gesto me botando para trás” (ROSA, 2001[1962], p. 66-67).

O, outrora, “pai” recua ao silêncio-de-si e se decide no adeus do *se* pela *ipseidade*, trabalhando a constituição do real de sua existência pelo corte de interdição à Identidade, que o licencia e muda o estado de sua matéria, de seus sentidos, sua significância.

Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais. A estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente. Aquilo que não havia, acontecia (ROSA, 2001[1962], p. 67).

O *si*, que irrompe da cápsula subjetiva, não é mais “pai”, nem “marido”, sequer é “homem”, pois deixou o Significante, embora esteja em outra materialidade semântica: o silêncio fundante. Sem reterritorializar-se, não pode estar em lugar-Um, na realidade, no cotidiano imaginário trabalhado pelo ideológico. De “meio a meio”, o *si* elege o meio do dizer, o dito no meio, o inter-dito, para causar “verdade estranha”, desestabilizar o verdadeiro “do mundo” circundante, pelo estarrecimento no “ao-longo”, como é próprio à dinâmica do entre-lugar.

Os sujeitos, estarrecidos com o furo de real causado pelo silêncio, significam, categorizam a falta, por seus gestos, pela injunção que sofrem a interpretar: “Nossa mãe, vergonhosa, se portou com muita cordura”, “todos pensaram de nosso pai a razão em que não queriam falar: doideira”, “pagamento de promessa”, “estar com alguma feia doença, que seja, a lepra”, “tristonha teima”; ou ainda, “não tinha afeto?” “carecia de mim, eu sei” (ROSA, 2001[1962], p. 67-68). Interpretações deitadas em formações imaginárias sobre o louco, o

doente, o religioso, o parente desafetuoso, o ente necessitado. Sobre as formações imaginárias, Pêcheux (1997[1969], p. 83) nos diz:

O que funciona nos processos discursivos é uma série de formulações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro.

Pelo silêncio-de-si, o antigo “pai” seguia sempre “fazendo ausência” (ROSA, 2001[1962], p. 69), e ao filho, a culpa: “Sou o culpado do que nem sei, de dor em aberto, no meu foro”. Até que o filho decide tomar o seu “lugar”, substituí-lo no “ao-longe”, na canoa, na metáfora, no silêncio, mas não consegue encarar o não-sentido e foge por medo do não-dizer, temendo o real, o seu próprio si.

Silêncio e governamentalidade: especulando sobre uma aproximação

Neste terceiro momento de nossa reflexão pretendemos perscrutar se a objeção à identidade, mobilizada pelo silêncio-de-si, tal como linhas acima já o definimos, pode se mostrar como um mecanismo de resistência ao imperativo totalitário da palavra, a seu poder de injunção e assujeitamento ideológico.

Ao problematizarmos o silêncio-de-si como uma possibilidade de autogoverno, havemo-nos, de imediato, com a problemática da governamentalidade esboçada por Foucault, em seu curso *Le gouvernement de soi et des autres*, ministrado de janeiro a março de 1983, no *Collège de France*.

No curso aludido, Foucault (2010[1983]) pretende estabelecer três deslocamento teóricos, a saber: o primeiro, seria passar dos conhecimentos à análise das formas de veredicação; o segundo deslocamento residiria na proposta de pôr em destaque uma Teoria Geral do Poder e analisar a normatividade dos comportamentos; e o terceiro se realizaria na passagem de uma teoria do sujeito à análise das técnicas e modalidades de relação a si. Esse último deslocamento é o que mais propriamente nos interessa neste trabalho.

Foucault (2010[1983]) estabelece o cuidado de si como uma exigência autônoma, permanente e independente do autoconhecimento. Num diálogo com Kant e com o tema da *Aufklärung*, ele retoma a questão: como não ser governado? Como conceber uma não-sujeição? Essas questões passam pela constituição de uma ontologia crítica do tempo presente no pensamento de Foucault.

A sujeição pode aqui ser lida, com base na reflexão proposta por Foucault, como uma questão de minoridade, o que, para Kant, decorreria da incapacidade de, sem a direção do outro, servir-se de seu próprio entendimento. Para Kant, a saída (*Ausgang*) desse estado rumo à autonomia passaria pela Iluminação, já que, uma vez libertos da minoridade autoritariamente, os homens não saberiam conduzir a si mesmos. Para passar à maioria é necessário autonomia, liberdade total e absoluta de raciocínio no uso público da razão.

Para Foucault (2010[1983]), no estado de maioria o homem pode se tornar sujeito de seu si, de sua própria liberdade e assumir seu autogoverno. Qualquer indivíduo poderia realizar essa passagem da minoridade à maioria, valendo-se de suas faculdades de pensar, enquanto dimensão ética de si.

Esse movimento de saída da minoridade contempla a passagem do governo de si ao governo dos outros, no interior do pensamento foucaultiano, vez que o cuidado de si não poderia expressar um movimento espontâneo da subjetividade, caso se restringisse ao mesmo, ignorando o diferente.

O governo dos outros, então, enquanto um governo “verdadeiro” admite e reclama a noção de *parrhésia*, atitude que ocorre no dizer, num dizer verdadeiro, franco, que ocorre em estado de perigo, crítico e autônomo, compreendendo “[...] o pacto parresiástico do sujeito com ele mesmo, que se liga ao conteúdo do enunciado e ao ato mesmo do enunciado” (WELLAUSEN, 2011, p. 55). A ideia de *parrhésia* cumpre o escopo de ser um enunciado verdadeiro, sobretudo, de ponto de vista ético. Uma ética de fazer algo ao outro, a partir de um enunciado verdadeiro.

Em entrevista realizada em Toronto, em 1982, publicada em *Ditos e escritos*, Foucault (1994) acena, de outra parte, para uma dimensão ética do silêncio, colocando-o em paralelo com a obrigação de falar, ao que o silêncio poderia ser uma relação com o outro muito mais interessante que a relação que se dá pelo discurso.

“Eu penso que o silêncio é uma das coisas às quais, infelizmente, nossa sociedade renunciou. Não temos uma cultura do silêncio, assim como não temos uma cultura do suicídio” (FOUCAULT, 1994, p. 526). E ele emenda: “O silêncio é, penso, algo que merece ser cultivado. Sou favorável que se desenvolva esse ethos do silêncio” (FOUCAULT, p. 526).

É partindo dessa intuição foucaultiana que pesamos ser o silêncio a via revolucionária do cuidado de si, pelo não dizer, cuja dimensão ética reside em fazer algo ao Outro/outro pelo calar. Isso não

se restringe, para nós, aos domínios da sexualidade, mas encampa todo o gesto de não inscrição subversiva no domínio administrado da palavra.

Especulamos ser no silêncio-de-si que se realiza, em sua mesmidade, a verdadeira ética, uma ética de si e do outro, uma *parrhésia* “ausente” que desestabiliza o rito ideológico pelo qual anuímos a uma identidade outorgado pela linguagem: o *se*, a impessoalidade.

É essa dimensão ética, artificiosa do não-dizer, que tentamos visualizar no conto *A terceira margem do rio*, de Guimarães Rosa. A maioria, numa linguagem kantiana, para nós, parece estar mais para o silêncio “autônomo” que para a ilusão de liberdade de tudo poder dizer, que ocorre no funcionamento da ideologia na língua, fazendo sentido-Um.

Se há uma libertação autoritária, como aduz Kant, para o sujeito e, por ela, o sujeito não pode se autogovernar; há também um silenciamento pelo autoritarismo que não admite o *si*, mas o aniquila. É somente no recuo do autoritário, na introdução do intervalo no dizer pelo artifício ético do sujeito do discurso, que pode, então, realizar-se, para nós, esse verdadeiro cuidado: quando o sujeito se torna o senhor do seu calar.

A objeção à identidade, mobilizada pelo silêncio-de-si, tal como linhas acima já o definimos, portanto, pode se mostrar como um mecanismo de resistência ao imperativo totalitário da palavra, a seu poder de injunção e assujeitamento ideológico.

Considerações finais

Neste texto, procuramos respostas sobre o funcionamento do silêncio, tomando o silêncio-de-si como possibilidade de autogoverno. O recurso a autores como Orlandi, Dinouart, Foucault e Pêcheux, garantiu a possibilidade especulativa de entender o silêncio como condição por excelência de saída da minoridade.

Analisando o conto “A terceira margem do rio”, de Guimarães Rosa, pudemos identificar como que o silêncio-de-si fez desestabilizar o ritual ideológico da palavra, pela objeção à Identidade, pelo corte de real decorrente do *si* da existência.

O lugar da terceira margem, em Guimarães Rosa, mostrou-se como o lugar do impossível, do silêncio. A significância do não dizer do pai que segue com a canoa de uma margem a outra está “posta” e não é resto insignificante, mas real que faz vestígio na significância no conto; o não-dizer que embaralha o ritual e descontinua o *iter* ideológico pela apraxia/afasia, isto é, pelo silêncio-de-si.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1980 [1971].

BARTHES, R. **Aula**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1978.

BECK, M. A prática do calar como modo de subversão. In: TFOUNI, F. E. V.; STUDE, A. D.; PAULON, C. P. (Orgs.). **Silêncio e interdito**: discursos em movimento. São Carlos: Pedro e João, 2016. 1 v. p. 11-246.

_____. Apraxia e silenciar: formas resistência-revolta por meio de uma subtração subjetiva. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 8, n. 10, p. 71-82, 2013.

_____. **Aurora Mexicana** – Processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina: o exemplo do discurso zapatista. 2010. 175 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

DINOUART, J. **A arte de calar**. Tradução de Luis Felipe Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2001[1771].

FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Silêncio, Sexo e Verdade**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. [s.d.]. Disponível em: <<http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/silencio.pdf>>. Acesso em: 15 dez 2018.

LISBOA, N. T. O silêncio como resistência à banalização da linguagem. In: TFOUNI, F. E. V.; STUBE, A. D.; PAULON, C. P. (Orgs.). **Silêncio e interdito**: discursos em movimento. São Carlos: Pedro e João, 2016. 1 v. p. 11-246.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 1997[1992].

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Tradução de Péricles Cunha. Campinas: Unicamp, 1993[1975]. p. 163-252. (Coleção Repertórios)

_____. A análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Tradução de Péricles Cunha. Campinas: Unicamp, 1997[1969]. p. 39-60. (Coleção Repertórios)

ROSA, J. G. A terceira margem do rio. In: _____. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001[1962].

WELLAUSEN, S. **A parrhésia em Michel Foucault**: um enunciado político e ético. São Paulo: LiberArs, 2011.